



Pécem é a esperança?¹

Isabelle Azevedo FERREIRA²
Aurimar Monteiro ALBUQUERQUE³

Carlos Adolfo Moreira MATOS⁴

Armando de Oliveira LIMA⁵

Luis Celestino de FRANÇA Jr.⁶

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

1. Apresentação

A Reportagem “O Pecém é a esperança?” nasceu como produto final da disciplina de Jornalismo Especializado. O objetivo da disciplina era que os alunos pudessem fugir de pautas tradicionais ou pegar as pautas consideradas tradicionais para dar-lhes um viés interpretativo.

A pauta escolhida pelos autores desse trabalho foi uma visita ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) dez anos depois para investigar como viviam as famílias removidas com a desocupação para a construção do complexo.

À época da apuração da matéria, os grandes jornais do Ceará estimulavam na sociedade cearense a discussão sobre a implantação da Ceará Steel. A siderúrgica seria composta por três empresas de origem italiana, coreana e brasileira. Mas como fugir da pauta tradicional? A resposta estaria na própria história da construção do complexo.

Em 1996, o Ceará deu início a um ousado projeto de desenvolvimento para a área do Pecém, localidade situada entre as cidades de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, na costa oeste do estado, a 60 km de Fortaleza. O lugar, outrora contemplado com obras de infra-estrutura pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), daria espaço para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O projeto original agregaria porto, siderúrgica, refinaria, pólo petroquímico, várias indústrias auxiliares e, como contrapartida ambiental, um parque ecológico. O

¹ Trabalho submetido ao XXXI Expocom; na categoria B- Jornalismo, modalidade B2 - Produto, subdivisão B2. 2 – Interpretativo; como representante da Região Nordeste.

² Aluna líder do grupo e estudante do 6º semestre do curso de Jornalismo da UFC. Repórter. Email: isabelle.azevedo@gmail.com

³ Estudante do 6º semestre do Curso de Jornalismo da UFC. Repórter. Email: aurimarmonteiro1@gmail.com

⁴ Estudante do 6º semestre do Curso de Jornalismo da UFC. Réporter. Email: carlos.amoreiram@gmail.com

⁵ Estudante do 6º semestre do Curso de Jornalismo da UFC. Réporter Fotográfico. Email: armando.olima@gmail.com

⁶ Mestre em Comunicação pela UERJ. Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFC. Email: luis-celestino@uol.com.br



empreendimento geraria cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos, alavancando o desenvolvimento do Ceará.

A obra levou cinco anos para ser construída e hoje, dez anos depois, o CIPP ocupa uma área de 320km² de extensão, segundo informações da Ceará Portos, a administradora dos portos do estado.

O argumento da "vinda do desenvolvimento" foi o principal discurso do Governo para justificar a remoção das 380 famílias, uma vez que as terras das famílias vizinhas ao complexo viraram área de interesse do Estado, sendo requeridas para que mais e mais indústrias ali se instalassem. As famílias de oito comunidades foram realojadas para os reassentamentos de Munguba, Novo Torém e Forquilha.

Nos reassentamentos haveria a possibilidade das comunidades desenvolverem as mesmas atividades agrícolas, possuírem uma melhor infra-estrutura com escolas e postos de saúde dentro dos reassentamentos, crédito para investimento em projetos e acompanhamento técnico-agrícola.

Passados dez anos, a reportagem buscou entender o que aconteceu com as famílias e com o desenvolvimento do lugar. Os 30 mil empregos diretos e indiretos propostos inicialmente com a construção do complexo não se concretizaram. A refinaria, por exemplo, foi instalar-se no Porto de Suape, em Recife. Já a siderúrgica também não saiu do papel. As três empresas que iriam compor a Ceará Steel desfizeram a sociedade por conta do impasse na utilização da fonte de energia. Com uma nova recomposição de sócios, a futura siderúrgica vive o dilema de qual fonte de energia utilizar.

O que podemos constatar durante a apuração da reportagem é que as famílias parecem ter sido esquecidas. Constatamos ainda, com a visita ao lugar e com a apuração junto aos órgãos governamentais, que a infra-estrutura e a assistência técnica nunca chegaram aos reassentamentos. O órgão que desapropriou o terreno, o Instituto de Desenvolvimento Agrícola do Ceará (IDACE) não é o mesmo que dá assistência técnica, no caso a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Observou-se que as famílias ainda continuam na luta por melhores



condições de vida. Isso pode ser exemplificado no depoimento de um dos personagens da reportagem, Carlitos Lima de Moraes:

“Eu já acompanhei o movimento do MST. Nós já estivemos num seminário em Itapipoca e no Trairi. Nós quer (sic) terra pra trabalhar. Se a terra não sair, eu vou me aliar ao movimento. Tem que ter terra, nós quer terra e dinheiro para trabalhar.” (MORAIS, p. 17, 2007)

Durante a reportagem, foi possível conhecer as histórias de quem tinha muita terra e de repente viu-se com pouco, as histórias dos reassentados e os causos de seu Vicente, o último que resiste em entregar a terra para o governo.

Também foi possível se deparar com a realidade das famílias dos reassentamentos, dar um passeio pelo universo da política fundiária no Ceará; conhecer os campos de dunas, com características únicas no estado; pelo porto e pela praia do Pecém, tudo para resgatar a história de um lugar cuja expectativa era ser o “coração” econômico do Nordeste.

2. OBJETIVOS

O objetivo da reportagem “O Pecém é a esperança?” foi investigar como vivem hoje as famílias que tiveram suas terras desapropriadas para dar lugar ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), dez anos depois da construção do complexo. Até hoje, grande parte das famílias reassentadas esperam por melhorias de vida e condições de trabalho.

Além disso, a reportagem é uma tentativa de fugir da pauta comumente veiculada pelos grandes jornais do estado: ora sobre os motivos da refinaria não ter sido instalada no Ceará, ora as negociações frustradas para a construção da siderúrgica Ceará Steel.

3. JUSTIFICATIVA

Para um país ou estado se desenvolver economicamente é necessário a implantação de grandes obras de infra-estrutura, capaz de atender aos condicionantes necessários do desenvolvimento. Contudo, as grandes obras quase sempre afetam não apenas o meio ambiente, mas também causa impactos sociais, tais como o deslocamento das



populações afetadas diretamente pelas construções. Esses impactos não são apenas momentâneos. Podem perdurar por décadas, afetando toda uma geração.

Nos grandes veículos de comunicação, é quase impossível publicizar a história dessas populações afetadas pelos impactos socioambientais, uma vez que faltam espaços nos jornais, condicionados cada vez mais ao factual.

Hoje, é quase impossível ver grandes reportagens nos veículos brasileiros, sobretudo nos cearenses. Na verdade, as grandes reportagens ganham destaques apenas em cadernos especiais cujo objetivo principal é ganhar prêmios de jornalismo, dando uma visibilidade publicitária aos veículos de comunicação.

Outro motivo para que histórias como a do Pecém sejam deixadas de lado está no fato de que grande parte dos veículos de comunicação é ligada aos grupos econômicos que comandam as grandes obras desenvolvimentistas. Não há, portanto, uma independência para que os veículos possam dar visibilidade aos fatos sociais. No Ceará, isso não é uma realidade diferente.

Um dos moradores afetado com a desapropriação, Vicente Gilberto da Rocha Morais, lembra que o projeto do Pecém repercutia na televisão apenas sob a ótica governamental:

“Aí quando era meio-dia, nessa televisão (aponta) pegava que o governo estava fazendo Reforma Agrária Solidária. É a maior mentira que já se falou foi nessa Reforma Agrária Solidária. O pior ladrão que entrou aqui foi o governo do Estado, porque um ladrão que toma terra, esse é um ladrão”. (MORAIS, p.5, 2007).

O desmonte social do Pecém é um capítulo da recente história econômica do Ceará que incomoda claramente o Governo do Estado. Muito dinheiro foi investido ali e, passados cinco anos da inauguração do complexo, o projeto ainda não decolou. Isso pode ser observado no próprio desgaste político ocorrido entre Estado e União, que acabou no cancelamento do da sociedade da Ceará Steel.



Assim, a reportagem desenvolve uma visão diferente da mídia tradicional, ao dar visibilidade às populações atingidas com o projeto do Pecém. Isso é feito a partir da perspectiva relatada por Park (*apud* KUNCZIK, p.98, 2001) que afirma que:

“Pulitzer descobriu, quando foi redator-titular do St. Louis Post-Dispatch, que a maneira de lutar pelas causas populares não é defendê-las nas páginas de editoriais, mas promovê-las – escrever sobre elas – nas colunas do noticiário”. (PARK *apud* KUNCZIK, p.98, 2001)

4. MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

A análise é o alicerce fundamental para o desenvolvimento da reportagem “O Pecém é a esperança?”. Muito mais do que conhecer as condições das populações submetidas aos reassentamentos, foi necessário antes conhecer a história das quais essas famílias foram reassentadas. Buscava-se, assim, fazer um “jornalismo ativamente comprometido, participativo e socialmente engajado, que promove causas” (KUNCZIK, p.97, 2001)

Para Beltrão (p.47, 1976), a interpretação jornalística constitui-se a partir da análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica, transformando-os em matéria para a divulgação.

Para chegar à interpretação jornalística indicada por Beltrão, primeiro foi necessário percorrer documentos históricos fornecidos por instituições que acompanharam o processo à época da desocupação da área do Pecém. Um estudo foi feito para identificar os personagens que se destacaram como líderes comunitários, os membros da universidade favoráveis ou não a remoção das famílias e membros de instituições religiosas que acompanham até hoje a realidade da população residente dos três reassentamentos.

Pedroso afirma ainda que:

“Nos relatos ampliados (como reportagens e artigos) predominam não a síntese mas a análise e, conseqüentemente o *estilo informativo livre*. Na verdade, o jornalismo encontra-se sempre diante do desafio do fato novo e diante do interesse permanente que existe no tema, no assunto, nas problemáticas”. (PEDROSO, 2003)



Para chegar definitivamente ao “novo” sugerido por Pedroso, buscou-se ainda dados e informações nos arquivos e dossiês do Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no livro organizado pela professora da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto, intitulado “As tramas da (in)sustentabilidade”⁷, nas reportagens feitas durante a retirada das famílias, nas fitas da audiência pública, ocorrida em 1996, e por fim na memória do povo que residiu no lugar e vivenciou a situação.

Também foram consultadas as fontes governamentais, ligadas ao processo de desapropriação das famílias e o órgão que seria ligado ao processo de acompanhamento técnico-agrícola das famílias. Neste caso, o Instituto de Desenvolvimento Agrícola do Ceará (IDACE) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce).

Todos esses elementos investigados foram necessários para que se pudesse chegar a uma interpretação dos fatos, tal qual sugere o conceito de Leandro e Medina (*apud* BELTRÃO, p.48, 1976) sobre o Jornalismo interpretativo: “é realmente o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele, e não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz no jornalismo opinativo”.

Além dos documentos pesquisados, foi necessário ir ao local para entrevistar e buscar personagens. Em um dia inteiro, os autores percorreram dois dos três reassentamentos para conversar e resgatar os fatos sobre a construção do complexo do Pecém. O trabalho *in loco* foi fundamental para que se pudesse conhecer de perto a realidade das comunidades e todo o impacto socioambiental acometido pelo porto. Gerarque afirma que:

“Não basta uma ou duas ligações telefônicas. Faz parte do ofício, também, mergulhar no assunto. Entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários.” (GERARQUE, 2004, p.80).

⁷ RIGOTTO, Raquel M. As Tramas da (in)sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará. Fortaleza: INESP, 2001



Todos os autores participaram das entrevistas, pesquisas e visitas. Tudo para que todos tivessem uma dimensão ampliada na hora de escrever e conceber a matéria.

Referências

BELTRÃO, Luiz. Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

FERREIRA, Isabelle Azevedo; ALBUQUERQUE, Aurimar Monteiro; MATOS, Carlos Adolfo Moreira. O Pecém é a Esperança? Fortaleza, 28p. Trabalho não publicado.

GERARQUE, Eduardo. “Perceber a biodiversidade – Jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos” in BOAS, Sérgio Vilas (org). Formação e Informação Ambiental – jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

PEDROSO, Rosa Nívea. Elementos para compreender o jornalismo informativo. Sala de Prensa, Missouri, v.2, ano IV, 2003. Disponível em <http://www.saladeprensa.org/art411.htm>. Acesso em 02/04/2008.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de Jornalismo. São Paulo: Edusp, 2001.